



Número: **0600393-84.2018.6.27.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Etelvina Maria Sampaio Felipe**

Última distribuição : **11/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet**

Objeto do processo: **Trata-se de REPRESENTAÇÃO ELEITORAL c/c PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENSÃO DA VEICULAÇÃO, interposta pela COLIGAÇÃO "GOVERNO DE ATITUDE" (PHS, PP, PPS, DEM, PTC, PRB, PMN) em face da COLIGAÇÃO "A VEZ DOS TOCANTINENSES" (PR, PMB, PPL, SD, PROS) e o candidato VICENTE ALVES DE OLIVEIRA, veicularem propaganda irregular no FACEBOOK e WHATSAPP, de conteúdos ofensivos e mentirosos.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ELEICAO SUPLEMENTAR MAURO CARLESSE GOVERNADOR (REPRESENTANTE)	JUVENAL KLAYBER COELHO (ADVOGADO)
COLIGAÇÃO "A VEZ DOS TOCANTINENSES" (REPRESENTADO)	SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA (ADVOGADO) MAURICIO CORDENONZI (ADVOGADO) ALINE RANIELLE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) MARCELLO BRUNO FARINHA DAS NEVES (ADVOGADO) JULIANA BEZERRA DE MELO PEREIRA SANTANA (ADVOGADO) FELIPE SILVA MORAES (ADVOGADO)
VICENTE ALVES DE OLIVEIRA - VICENTINHO (REPRESENTADO)	SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA (ADVOGADO) MAURICIO CORDENONZI (ADVOGADO) ALINE RANIELLE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) MARCELLO BRUNO FARINHA DAS NEVES (ADVOGADO) JULIANA BEZERRA DE MELO PEREIRA SANTANA (ADVOGADO) FELIPE SILVA MORAES (ADVOGADO)
Procuradoria Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33224	19/06/2018 15:01	<a href="#">Intimação</a>	Intimação



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

**P O D E R**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**J U D I C I Á R I O**

**REPRESENTAÇÃO (11541) - Processo nº 0600393-84.2018.6.27.0000 - Palmas - TOCANTINS**

**RELATORA: Desembargadora ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE**

**REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO GOVERNO DE ATITUDE**

**Advogado do(a) REPRESENTANTE: JUVENAL KLAYBER COELHO - GO9900**  
**REPRESENTADO: COLIGAÇÃO "A VEZ DOS TOCANTINENSES", VICENTE ALVES DE OLIVEIRA - VICENTINHO ALVES**

**REPRESENTADOS: COLIGAÇÃO “ A VEZ DOS TOCANTINENSES” (PR/PMB/PPL/SD/PROS) E VICENTE ALVES DE OLIVEIRA**

**Advogado do(a) REPRESENTADO:** **REPRESENTADO:**

### **DECISÃO**

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de REPRESENTAÇÃO ELEITORAL C/C TUTELA DE URGÊNCIA C/C PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA, interposta pela Coligação "GOVERNO DE ATITUDE", em face da Coligação "A VEZ DOS TOCANTINENSES" e VICENTE ALVES DE OLIVEIRA (**ID 31781**).

Narra a representante que os representados veicularam por meio do link (<https://www.facebook.com/vicentinhoalves/videos/1797717953599594/>) em afronta à legislação eleitoral, pois na propaganda "*utilizam o fato de Mauro Carlesse possuir uma longa vida empresarial, para destacar a existência de 5 ações trabalhistas, conduzindo ao entendimento que o candidato da coligação representante não respeita os direitos trabalhistas. O contexto, a narrativa e a música fúnebres buscam tão somente fazer*

*incutir ao eleitor que, eleger o candidato adversário seria um terror, novamente se abstendo de apresentar proposições ou feitos do responsável pela publicidade”.*

Colaciona mídia (ID 31784) e transcreve a propaganda.

*Assevera que “a intenção eleitoreira fica evidente quando o locutor, ao se referir às ações trabalhistas em nome de Mauro Carlesse, não especifica se foi condenado, ou mesmo se autor das reclamações, resumindo-se a destacar o número das ações, sem que a COLIGAÇÃO “GOVERNO DE ATITUDE” PHS/PP/PPS/PRB/PMN/PTC/DEM explicar que algumas já possuem mais de 20 anos, incutindo a ideia de que, se eleito, irá mitigar direitos trabalhistas”.*

Assevera que a propaganda não elenca fatos, mas qualidades negativas que venham a influenciar o eleitorado, configurando injúria comum (art. 140 do CP) e injúria eleitoral (art. 326 do CE).

Apresenta precedentes e legislação a corroborar suas alegações.

Assevera que presentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC.

Ao final, pugna pela:

1 – concessão da medida de tutela de urgência para determinar a suspensão da veiculação do citado vídeo em página oficial do candidato VICENTINHO ALVES, na rede social facebook;

2 – notificação dos representados para, querendo, apresentarem defesa no prazo legal, bem como a oitiva do Ministério Público; e

3 – seja julgada procedente a representação, proibindo a veiculação do vídeo em facebook, blogs e redes sociais de domínio do requerido, bem como em rádio e televisão, confirmando-se a liminar certamente concedida.

**Em síntese o relatório. Passo a decidir.**

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Passo ao exame do pedido de tutela antecipada, em que a parte representante objetiva *“a suspensão da veiculação do citado vídeo na rede social facebook, whatsapp, demais redes sociais, bem como em rádio e televisão”.*

A propaganda teve o seguinte teor:

*CENA: Foto do candidato Mauro Carlesse com caracteres que expressam questões trabalhistas*

*Off Masculino: O candidato Mauro Carlesse, responde cinco ações trabalhistas na justiça*

*CENA: Passagem de fotos das ações trabalhistas.*

*Off Masculino: São quatro ações trabalhistas no estado de São Paulo e uma em Gurupi.*

*Off Masculino: Carlesse e seus sócios são acusados de não terem cumprido com as obrigações básicas com os trabalhadores, ao todo as ações chegam a quinhentos mil reais!*

*CENA: Fundo preto com caracteres em vermelho e branco mostrando o número dos processos. COLIGAÇÃO "GOVERNO DE ATITUDE" PHS/PP/PPS/PRB/PMN/PTC/DEM.*

*Off Masculino: Confira você mesmo os processos nos tribunais regionais do trabalho, você tem o direito de saber.*

O contexto apresenta numeração referente a processos trabalhistas, bem como o respectivo Tribunal Regional do Trabalho onde supostamente tais processos tramitam.

Pois bem.

A reforma eleitoral de 2015, levada a efeito por meio da Lei nº 13.165/2015, introduziu modificações e novas disposições na Lei nº 9.504/1997, reestruturando por completo a disciplina da propaganda eleitoral.

Quanto a propaganda, o art. 54 passou por significativas alterações.

Em gravações, internas ou externas, só poderão aparecer o próprio candidato, as suas propostas (em caracteres), fotos, "*jingles*", clipes de campanha e indicação do número com que concorre ou do partido, como também de seus apoiadores, buscando diminuir as produções cinematográficas.

Pode-se concluir que a lei agora quer o candidato à frente das câmeras, informando suas propostas e ideias, proibindo montagens, trucagens e efeitos especiais que distorçam a realidade.

Alterou-se também a participação de apoiadores, em formato de depoimento, que não pode ocupar mais que 25% do tempo de cada programa, exatamente para que o candidato assuma e não perca o protagonismo da propaganda.

Transcrevo o dispositivo:

*Art. 54. Nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no § 2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, **jingles**, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, inclusive os candidatos de que trata o § 1º do art. 53-A, que poderão dispor de até 25%*

*(vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)*

*§ 1º No segundo turno das eleições não será permitida, nos programas de que trata este artigo, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado o apoio a outros candidatos. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)*

*§ 2º Será permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas nas quais ele, pessoalmente, exponha: (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)*

*I - realizações de governo ou da administração pública; (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)*

*II - falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral; (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)*

*III - atos parlamentares e debates legislativos. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)*

Esse arcabouço normativo trazido pela reforma eleitoral de 2015, não deixa dúvida de que se impõe aos programas de rádio e TV profunda alteração de conteúdo, exigindo que o candidato tenha propostas, projetos e argumentos para convencer o eleitor.

A meu sentir, tais premissas devem ser observadas também nas propagandas por meio da internet, sem qualquer mitigação, especialmente se observada a velocidade com que as informações são disseminadas nas redes sociais.

Quando apresento tais premissas, não tenho a ingenuidade de exigir que todos os fatos narrados ou expressões utilizadas pelos candidatos nas campanhas eleitorais sejam rigorosamente verdadeiros, ou ainda que sua propaganda seja totalmente propositiva. As críticas fazem parte do jogo político.

A jurisprudência do TSE já assentou que “*As críticas - mesmo que veementes - fazem parte do jogo eleitoral, não ensejando, por si só, o direito de resposta, desde que não ultrapassem os limites do questionamento político e não descambem nem para o insulto pessoal nem para a increpação de conduta penalmente coibida. Além, claro, da proibição de se veicular fatos sabidamente inverídicos.*” (RESPE nº 26777. Salvador/BA. Acórdão de 02/10/2006. Rel. Min. CARLOS AUGUSTO AYRES DE FREITAS BRITTO. Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 02/10/2006).

Entretanto, com a alteração legislativa de 2015, impõe-se, agora ainda mais, a propaganda propositiva e o protagonismo do candidato.

Assim, penso que não podemos permitir que se gaste dinheiro público para propaganda eleitoral que se resuma a ataques de baixo nível.

Entendo que a Justiça Eleitoral deve bem fixar as balizas dos limites da propaganda, e estabelecer que as campanhas devem ser programáticas, propositivas e que o debate pode ser ácido ou duro, mas no que diz respeito a questões programáticas e questões de políticas públicas.

E não se trata de posição pessoal, mas de entendimento encampado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que bem sintetizou essa visão no seguinte precedente:

*“ELEIÇÕES 2014. REPRESENTAÇÃO. DIREITO DE RESPOSTA. OFENSA À HONRA. HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO. BLOCO TELEVISIVO. MEDIDA LIMINAR. DEFERIMENTO.*

*1. Nos programas eleitorais gratuitos, as campanhas devem ser programáticas e propositivas, visando ao esclarecimento do eleitor quanto a temas de interesse público.*  
*2. Não é permitido o uso do horário eleitoral gratuito para a veiculação de ofensas ou acusações a adversários, decorrentes de manifestações de terceiros ou de matérias divulgadas pela imprensa.*  
*3. Eventuais críticas e debates, ainda que duros e contundentes, devem estar relacionados com as propostas, os programas de governo e as questões de políticas públicas.*  
*4. Liminar deferida, por maioria, para determinar a suspensão da veiculação do trecho impugnado.” (Representação nº 165865. Brasília/DF. Acórdão de 16/10/2014. Rel Min. ADMAR GONZAGA NETO. Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 16/10/2014).*

Portanto, é com essa visão e dentro dessa concepção que analiso o caso concreto.

Pois bem.

Nos presentes autos, observa-se que a parte representada utilizou a propaganda eleitoral prevista no art. 57-C da lei nº 9.504/97 na busca, apenas, de impor uma propaganda negativa ao adversário, em vez de se ocupar de suas proposições, pois não fez qualquer menção às propostas ou planos vinculados ao próprio candidato ao qual o tempo estava destinado (sequer existiu menção ao nome deste).

Note-se que a parte final do § 3º do art. 57-C é claro ao permitir o impulsionamento de conteúdo apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações, *verbis*:

*Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes. (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)*

(...)

*§ 3º O impulsionamento de que trata o caput deste artigo deverá ser contratado diretamente com provedor da aplicação de internet com sede e foro no País, ou de sua filial, sucursal, escritório, estabelecimento ou representante legalmente*

*estabelecido no País e **apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações.** (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017)*

Assim, considerando a infração ao previsto no art. 57-C, § 3º, da Lei nº 9.504/97, a suspensão da propaganda veiculada por meio do link (<https://www.facebook.com/vicentinhoalves/videos/1797717953599594/>) é medida que se impõe.

### **III - DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **concedo a tutela de urgência** para fins de ordenar a imediata suspensão da propaganda eleitoral veiculada por meio do link <https://www.facebook.com/vicentinhoalves/videos/1797717953599594/>, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, determinando, ainda, que os representados se abstenham de veicular a propaganda, em facebook, blogs e redes sociais de domínio do requerido, bem como em rádio e televisão.

Fixo *astreintes* em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais reais), por veiculação, por eventual descumprimento do comando judicial, com base no art. 537 do CPC.

Notifiquem-se as partes representadas para, caso queiram, apresentem resposta no prazo de 2 (dois) dias, nos termos do art. 8º da Resolução TRE-TO nº 407, de 19/4/2018.

Com ou sem defesa, vista à Procuradoria Regional Eleitoral, pelo prazo de 1 (um) dia, nos termos do art. 12 da Resolução TRE-TO nº 407, de 19/4/2018.

Após, conclusos.

Intime-se a parte representante.

Cumpra-se, servindo esta decisão de mandado, no que couber.

Palmas, 12 de junho de 2018.

Desembargadora **ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE**  
**Juíza Auxiliar**